

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA FEDERAL: UM ESTUDO DO ESTADO DE GOIÁS

Nádia Alves Pinheiro

IFG – Programa de Pós-Graduação em Educação

nadia.a.pinheiro@gmail.com

Guenther Carlos Feitosa de Almeida

IFG – Programa de Pós-Graduação em Educação

guenther.almeida@ifg.edu.br

GT 11: Trabalho e Educação, Políticas Educacionais e Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A partir de tensões e lutas históricas, e de marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que reconhecem o direito à educação das pessoas com deficiência e estabelecem diretrizes a serem seguidas, a inclusão escolar dessas pessoas passa a integrar as políticas educacionais brasileiras. Essas e outras legislações garantem o direito à educação especial inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que iniciou sua política de inclusão de forma contundente a partir dos anos 2000, através da Ação TEC NEP (Nascimento; Faria, 2013).

A presente pesquisa analisará a Educação Especial no âmbito das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica do estado de Goiás, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano), tendo como objetivo geral analisar a

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



configuração e abrangência dos direitos e benefícios (Boschetti, 2009) das políticas de inclusão escolar de pessoas com deficiência, matriculadas nas duas Instituições.

Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos: Compreender, a partir da legislação e do referencial teórico, como se conforma a Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica, na educação brasileira contemporânea; investigar a organização e materialização da política de inclusão escolar nos documentos, estruturas e sujeitos (perspectiva dos gestores) da educação profissional e tecnológica federal em Goiás; e levantar e compreender as impressões dos sujeitos que atuam na Coordenação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) do IFG e do IF Goiano, ou seja, os(as) gestores(as), sobre as políticas de inclusão das referidas instituições, contribuindo para a compreensão do cenário atual.

Para compreendermos as políticas de inclusão dos estudantes com deficiência nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica de Goiás, é necessário analisar as relações contraditórias entre Estado e sociedade ao longo da história (Boschetti, 2009). Desta forma, considerando que a temática nos coloca diante do ensino profissional e tecnológico e de políticas públicas, o primeiro capítulo da pesquisa foi desenvolvido com o intuito de contextualizar o papel do Estado na sociedade, considerando suas diferentes concepções, a partir de autores como Marx, Engels, Gramsci, Mandel e Poulantzas, assim como de compreender a relação entre trabalho e educação, utilizando autores como Marx, Frigotto, Saviani, Maria Ciavatta, Marise Ramos, dentre outros, considerando o trabalho em suas dimensões ontológica e histórica.

A partir da compreensão trazida no primeiro capítulo, e considerando que as políticas públicas refletem a atuação – ação e omissão – do Estado conforme as demandas do capitalismo em cada período histórico, analisaremos, no segundo capítulo, como se conformam tais políticas, considerando a política educacional como uma política social, utilizando os conceitos trazidos por Potyara Pereira, Ivanete Boschetti e Janete Lins Azevedo. Ainda, para compreendermos o histórico e as tensões relacionadas especificamente às políticas de educação especial, nos apoiaremos em autores como Maria Teresa Mantoan, por

A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



seu pioneirismo na discussão da temática, Vera Lúcia Capellini, Marcos José Mazzota, Romeu Sasaki, Enicéia Mendes, Rosita Edler Carvalho e Ricardo Antônio Teixeira.

No terceiro capítulo, analisaremos o processo de criação dos Institutos Federais, que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criados a partir da Lei no 11.892/2008, sua proposta didático-pedagógica, finalidades e características, nos apoiando em documentos institucionais e em autores como Eliezer Pacheco, Dante Henrique Moura, Gaudêncio Frigotto e Carla Vilaronga. Ainda, considerando os documentos e as impressões dos sujeitos entrevistados, compreenderemos como se dá, atualmente, a materialização da política de inclusão das pessoas com deficiência nessas Instituições.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem metodológica qualitativa, de natureza aplicada e com objetivo explicativo, tendo como universo os NAPNEs dos Câmpus do IFG e do IF Goiano. Serão utilizadas a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com roteiro previamente elaborado como instrumentos de pesquisa.

Para o estudo e análise da política, utilizaremos da metodologia proposta por Boschetti (2009), que apresenta alguns aspectos que permitem analisar o delineamento do quadro institucional que conforma a política, especificamente o aspecto 1: configuração e abrangência dos direitos e benefícios, que tem como objetivo “delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios previstos e/ou implementados pelas políticas e/ou programas sociais, de modo a chegar o mais próximo possível do estabelecimento de suas características essenciais.” (p. 11), utilizando seus indicadores 1: natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados; 2: abrangência; 3: critérios de acesso e permanência; e 4: formas e mecanismos de articulação com outras políticas sociais.

As entrevistas serão desenvolvidas durante o mês de setembro de 2025, de maneira virtual, com os servidores que compõem atualmente as equipes dos NAPNEs na função de Coordenador(a), dos Câmpus Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador

A Pedagogia histórico-crítica
e suas contribuições:
na era da inteligência
artificial, o que fazer com o
conhecimento humano
científico?



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



Canedo, Uruaçu e Valparaíso do IFG e dos Câmpus Campos Belos, Catalão, Ceres, Cristalina, Hidrolândia, Ipameri, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Trindade e Urutaí do IF Goiano.

Para análise dos dados, utilizaremos a triangulação de dados, como propõe Triviños (2009, p. 138), uma vez que possibilita compreender o objeto de maneira abrangente, analisando-se os dados sob três dimensões: os *processos e produtos centrados no sujeito*; os *elementos produzidos pelo meio do sujeito*; e os *processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito*. Apesar de serem apresentados de forma fragmentada, esses aspectos são considerados em conjunto e durante toda a coleta e a análise dos dados, que são etapas que se retroalimentam constantemente durante o estudo de um fenômeno social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visa contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as políticas de educação especial e inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica Federal do Estado de Goiás e gerar subsídios que possam embasar futuras formulações e aprimoramentos dessas políticas, considerando que as políticas educacionais frequentemente revelam a tensão entre demandas sociais e interesses dominantes.

Em levantamento realizado no banco de teses e dissertações da Capes, buscando pelos descritores “inclusão de pessoas com deficiência na rede federal de educação de goiás”, “inclusão escolar na rede federal de educação profissional e tecnológica de goiás”; “estudantes com deficiência na educação profissional e tecnológica de goiás”, “políticas de educação inclusiva no Instituto Federal de Goiás”; “políticas de educação inclusiva no Instituto Federal Goiano” e utilizando um recorte temporal de 2018 a 2024, identificamos a incidência de 9 trabalhos que tratam sobre a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica Federal do Estado de Goiás. Porém, são trabalhos que abordam alguma deficiência específica ou analisam somente o IFG ou o IF Goiano. Até o momento da pesquisa bibliográfica realizada, não foi identificado trabalho versando sobre a



23 a 25 de Setembro de 2025
Catalão - GO



A Pedagogia histórico-crítica e suas contribuições: na era da inteligência artificial, o que fazer com o conhecimento humano científico?

materialização das políticas de inclusão dos estudantes com deficiência, de maneira abrangente, nas duas instituições de ensino, considerando as concepções de Estado, de políticas públicas e a relação entre trabalho e educação como fundamentais para a compreensão dessas políticas.

A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e está dentro do cronograma previsto, tendo sido submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IFG. As entrevistas acontecerão durante o mês de setembro de 2025, a banca de qualificação acontecerá no mês de novembro de 2025 e a defesa da dissertação no mês de março de 2026.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: <<https://acesse.one/RqmZy>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. *In*: CONSELHO FEDERAL SERVIÇO SOCIAL (CFESS) e ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

NASCIMENTO, Franklin Costa do; FARIA, Rogério. A Questão da Inclusão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da Ação TEC NEP. *In*: NASCIMENTO; FLORINDO, Girlane Maria Ferreira; SILVA, Neide Samico da (Orgs.).

Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: um caminho em construção. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1. ed. 17. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.